

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Daniela Almeida de Jesus Silva

O trabalho e a saúde na perspectiva dos educadores de creche: um estudo na rede pública de
Vitória da Conquista - BA

Vitória da Conquista

2016

Daniela Almeida de Jesus Silva

O trabalho e a saúde na perspectiva dos educadores de creche: um estudo na rede pública de Vitória da Conquista - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de Concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Kátia Reis de Souza

Vitória da Conquista

2016

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica Biblioteca de Saúde Pública

S586t Silva, Daniela Almeida de Jesus
O trabalho e a saúde na perspectiva dos educadores de creche:
um estudo na rede pública de Vitória da Conquista - BA. /
Daniela Almeida de Jesus Silva. -- 2016.
59 f.

Orientadora: Kátia Reis de Souza
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Vitória da Conquista-BA, 2016.

1. Creches. 2. Saúde do Trabalhador. 3. Docentes.
4. Mentores. 5. Educação Infantil. I. Título.

CDD – 22.ed. – 363.11098142

Daniela Almeida de Jesus Silva

O trabalho e a saúde na perspectiva dos educadores de creche: um estudo na rede pública de Vitória da Conquista - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de Concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Aprovada: em 23 de maio de 2016.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Luciana Araújo dos Reis
Faculdade Independente do Nordeste

Prof. Dr. Gideon Borges dos Santos
Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública

Prof.^a Dra. Kátia Reis de Souza (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública

Vitória da Conquista

2016

Dedico ao meu Deus, porque Ele é fiel!

AGRADECIMENTOS

“Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade” salmos 115.1.

Ao meu Deus, meu maior amor, autor da vida, sem Ele nada sou, nada tenho, é Ele que me desperta todas as manhãs.

A minha orientadora Prof. Dra. Kátia Reis de Souza, pela liberdade e confiança referente ao presente trabalho, além da indiscutível amizade e compreensão em momentos difíceis. Você Kátia, é uma daquelas pessoas que levamos no coração por toda uma vida. ã você, minha eterna gratidão.

Ao meu grande amor Márcio, amor da minha vida, exemplo de tolerância, obrigada por agüentar meu mau humor, minhas reclamações (a respeito da dissertação), você é meu presente enviado por Deus, meu tesouro nessa terra.

A minha filha, faltam-me palavras pra descrever o grande amor que sinto por você filha, foi você que me impulsionou a chegar até aqui, você é minha inspiração, meu incentivo e minha motivação, eu amo você mais que a mim mesma.

Aos meus pais, meus exemplos de vida, que me proporcionaram tudo aquilo que não puderam ter, é muito bom vê-los orgulhosos, não encontro palavras que consigam agradecer, simplesmente fico completamente envolvida por um enorme sentimento: gratidão. Obrigada mãe, pelo seu apoio incondicional. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava. Você é minha fortaleza. Obrigada pai, por tudo que você me deu e me ensinou. Obrigada por sua generosidade e simplicidade. Pelo amor incondicional, pelo carinho e afeto.

Aos meus irmãos: Angélica, Luciano, Daniel, Juliana e Júnior, amo vocês, sou grata pelo amor e cumplicidade que nos envolve. Obrigada por estarem ao meu lado, sempre, vocês não imaginam o quanto os amo.

As minhas cunhadas: Areli, Paloma e Priscila, vocês chegaram para somar. Amo vocês.

Aos meus sobrinhos Ibrahin, Candace e Gabriela, vocês tornaram meus dias mais felizes.

A minha querida Maria Helena Barros, você verdadeiramente significa uma mãe para mim.

A toda equipe de professores da FIOCRUZ, pelo enorme aprendizado, apoio e carinho, com vocês percebi que o aprendizado é uma construção diária cujo ingrediente principal é o afeto.

A banca examinadora, que enriqueceram significativamente a minha formação.

Aos meus colegas de Mestrado em Direito e Saúde, pelos momentos maravilhosos que passamos, nós percorremos este caminho juntos, nos complementando e nos fortalecendo. Em especial a Jamilly Gusmão.

Agradeço a toda equipe do CEREST por toda compreensão e carinho, vocês são a melhor equipe de trabalho do mundo, Obrigada pela cumplicidade.

A minha amiga Carla Azevedo, Obrigada pela força amiga, você é maravilhosa!

Aos amigos e irmãos da Igreja Batista Salém por todo apoio e carinho.

A todos que torceram por mim, minha eterna gratidão.

Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho!

(FREIRE, 1987)

RESUMO

Este estudo teve como principal objetivo conhecer as relações entre trabalho e saúde dos educadores de creche sob a perspectiva dos próprios trabalhadores, no município de Vitória da Conquista (BA). Adotou-se como referencial teórico o aporte do campo da saúde do trabalhador e o enfoque crítico da pedagogia freireana. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Foram entrevistadas dez trabalhadoras, sendo que cinco professoras e cinco monitoras. No que concerne à análise dos materiais, lançou-se mão da técnica de análise temática. Chegou-se a dez categorias empíricas que foram analisadas na perspectiva dos dois grupos entrevistados, separando as análises das professoras das reflexões desenvolvidas pelas monitoras. Obteve-se assim, seis categorias de análise advinda das entrevistas com as professoras, a saber: a precariedade das condições e do ambiente de trabalho; sobrecarga de trabalho: a quantidade de alunos em sala; intensificação do tempo de trabalho do professor; o trabalho real das professoras; relações hierárquicas; a dupla significação do trabalho do professor. Quanto às categorias encontradas nas entrevistas com as monitoras foram quatro, quais sejam: sobrecarga diferenciada; a pressão no trabalho; educar e cuidar; as queixas de saúde e a sua relação com o trabalho. Ao fim, verificou-se que as diferenças entre o trabalho de professoras e monitoras são mais claras em relação à organização do tempo de trabalho, o que deveria ser objeto de debate e negociação no trabalho a partir da experiência dos trabalhadores. Constatou-se ainda, que a construção dos saberes e práticas que integrem cuidar e educar, na atenção infantil, é um grande desafio a ser enfrentado pelas educadoras, se constituindo como singularidade do trabalho em creche. Ademais, insiste-se na tese, postulada pelo campo da saúde do trabalhador, segundo a qual deve-se investir na viabilidade de mudanças nos locais de trabalho conduzidas pelo próprio coletivo de trabalhadoras.

Palavras-chave: Creches. Saúde do Trabalhador. Professoras e Monitoras. Educação Infantil.

ABSTRACT

This study aimed to know the relationship between work and health of Day care center teachers from the perspective of the workers themselves, in the city of Vitoria da Conquista (BA). It was adopted as a theoretical field of the contribution of occupational health the worker and critical approach of Freire's pedagogy. Conducted a qualitative study of descriptive and exploratory. Ten interviews were working, five teachers and five monitors. Regarding the analysis of the materials, it employed the thematic analysis. Arrived to ten empirical categories that were analyzed in the perspective of the two groups interviewed, separating the analysis of the teachers of the reflections developed by monitors. There was obtained six categories of analysis of teachers, namely the precarious conditions and the working environment; workload: the number of students in class; intensification of teachers' working time; the real work of the teachers; hierarchical relationships; the double meaning of the teacher's work. As categories found in interviews with the monitors were four, which are: differentiated overload? pressure at work; educate and Care; the health complaints and their relationship to work. In the end, it was found that the differences between the work of teachers and monitors are more clear regarding the organization of working time, which should be the subject of debate and negotiation at work from the experience of workers. It was noted also that the construction of knowledge and practices that integrate care and education in child care, is a major challenge to be faced by educators, constituting as uniqueness of work in day care. Furthermore, it insists on the thesis postulated by the field of Worker`s health, according to which one should invest in the feasibility of changes in the workplace conducted by the collective of workers.

Keywords: Day care center. Worker`s health. Teachers and Monitors. Child education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

BA	Bahia
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CLT	Consolidação das leis do trabalho
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIACT	Programa Internacional para o melhoramento das Condições e dos ambientes de Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação

APRESENTAÇÃO.....	SUMÁRIO	13
1. INTRODUÇÃO		15
2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL		19
2.1 ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS À CRECHE.....		21
2.1.1 Alguns dados sobre a saúde e o trabalho em creche.....	Erro! Indicador não definido.	
2.1.2 A inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conquista de direitos sociais		22
3. REFERENCIAL TEÓRICO		25
3.1 SAÚDE E TRABALHO		25
3.2 A PERSPECTIVA DA PRÁTICA EDUCATIVA EM PAULO FREIRE.....		28
4. METODOLOGIA		30
4.1 LOCAL DA PESQUISA		30
4.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....		31
4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS		32
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO		34
5.1 PROFESSORES		34
5.1.1 Sobrecarga de trabalho: a quantidade de alunos em sala.....		35
5.1.2 Intensificação do tempo de trabalho do professor		36
5.1.3 O trabalho real das professoras.....		37
5.1.4 Relações hierárquicas		38
5.1.5 A dupla significação do trabalho do professor		39
5.2 MONITORAS.....		40
5.2.1 Sobrecarga diferenciada?.....		40
5.2.2 A pressão no trabalho		41
5.2.3 Educar e cuidar		42
5.2.4 As queixas de saúde e a sua relação com o trabalho		43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....		44

6.1	RECOMENDAÇÕES PARA MUDANÇAS NO TRABALHO.....	45
7.	REFERÊNCIAS.....	47
8.	APÊNDICES.....	56
8.1	APÊNDICEA - Roteiro de entrevista.....	56
8.2	APÊNDICE B –Termo de consentimento livre e esclarecido.....	57

APRESENTAÇÃO

No prefácio do livro “*A educação para além do Capital*” (MÉSZÁROS, 2005) enfatiza-se a ideia segundo a qual o significado de educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho. Nessa linha de compreensão, conforme preconizado pela teoria de Gramsci (2006), considera-se falsa a separação entre saber e fazer, já que homens e mulheres no decurso do processo de trabalho planejam, organizam, operam e transformam a natureza e o mundo ao seu redor (MARX, 2011). De acordo com essa perspectiva trata-se de se reaver, no trabalho de educadores, as suas possibilidades criativas e emancipadoras, garantindo condições favoráveis para o desenvolvimento de potencialidades humanas. Na referida obra de Mézaros (2005) encontra-se uma questão que nos desafia a pensar os processos educativos: Como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano?

No presente estudo, a educação é objeto de análise por meio da pesquisa a respeito da relação entre trabalho e saúde de professores e monitores de uma creche pública localizada no município de Vitória da Conquista (BA)¹. Ademais, trata-se de um estudo desenvolvido no escopo do Mestrado Profissional em Direito e Saúde, sendo que a temática Direito, (neste estudo) foi circunscrita tanto ao debate sobre o direito da mulher trabalhadora em relação à construção da política de creches no Brasil, quanto à discussão a respeito da possibilidade de se ter a saúde no trabalho em creches como direito dos trabalhadores.

No que concerne a vertente filosófica adotada, elegeu-se a teoria de conhecimento de Paulo Freire. Fato é que o cenário do presente estudo foi à creche pública denominada Paulo Freire. No entanto, cumpre-se a ressalva de que essa escolha ocorreu devido, sobretudo, a acessibilidade ao local para desenvolvimento da pesquisa.

Decerto, Paulo Freire é símbolo da história do movimento da educação “libertadora” no Brasil, sobretudo no que diz respeito à construção de um projeto de Educação preocupado com as classes populares. Este pensador desenvolveu as bases de uma pedagogia que renovou

¹Vitória da Conquista - região sudoeste da Bahia, com população de 306.866 habitantes e área territorial de aproximadamente 3400 km², segundo dados do IBGE (2010).

os caminhos de uma educação conectada com os problemas concretos do povo brasileiro (FREIRE, 1988; ARROYO, 2010).

Quanto aos aspectos concretos do trabalho do educador, Freire (1986) afirmava que existe uma dimensão de transformação em toda prática educativa que deve ser estimulada. Chama atenção para a sua atual configuração e a necessidade vital do professor recriar o seu trabalho cotidianamente diante das adversidades, principalmente no âmbito do serviço público. Nesse estudo, pretende-se conhecer as relações entre trabalho e saúde dos educadores de creche sob a perspectiva dos próprios trabalhadores.

Convém observar que a minha escolha em relação ao tema de estudo deveu-se, sobretudo a minha formação profissional como enfermeira, sempre inserida no trabalho na área de saúde pública e atualmente integrada no CEREST. Observe-se que em meu cotidiano de trabalho, tenho a oportunidade de atender educadores e pude registrar relatos de muitas queixas e mazelas relacionadas à atividade de trabalho em creches, fato que me levou ao questionamento e a crítica para o quadro de desrespeito com a educação pública e aos problemas de saúde desses trabalhadores, conduzindo-me a convertê-lo em objeto de estudo.

Sendo assim, estruturou-se esse trabalho em cinco capítulos, sendo eles:

No primeiro, a “Introdução”, problematiza-se, em linhas gerais, a creche pública no Brasil e suas principais questões. Nele, apresenta-se ainda a pergunta orientadora de pesquisa e os objetivos do estudo; no segundo capítulo, apresenta-se o debate na literatura a respeito da educação infantil no Brasil e a sua relação com o trabalho das monitoras e professoras de creche; descrevem-se os dados sobre a saúde e o trabalho em creches, com foco no quadro geral de morbidades relacionadas ao trabalho de profissionais da educação infantil; enfatiza-se o caráter social das creches e os aspectos históricos e políticos a elas relacionados; já no quinto, relata-se os principais marcos existentes na legislação sobre creches no país; no sexto capítulo mostra-se a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a configuração da creche como uma conquista dos direitos sociais; no capítulo sete, formulou-se o referencial teórico, com ênfase nas relações sobre saúde e trabalho e no referencial da pedagogia de Paulo Freire; quanto ao terceiro, apresentou-se a metodologia e a descrição do local de pesquisa e mais, o instrumento de coleta de dados e a técnica de análise dos materiais de campo. No quarto, apresentaram-se as discussões e os resultados da pesquisa e no último capítulo do estudo, estão às considerações finais na qual ganha ênfase a verificação de que as diferenças entre o trabalho de professores e monitores são mais claras em relação à organização do tempo de trabalho, o que deveria ser objeto de debate e negociação no trabalho a partir da experiência dos trabalhadores; adicionalmente, no capítulo cinco, foram feitas recomendações para que se

efetivem mudanças no trabalho das professoras e monitoras da creche. Constatou-se ainda, que a construção dos saberes e práticas que integrem cuidar e educar, na atenção infantil, é um grande desafio a ser enfrentado pelas educadoras, se constituindo como singularidade do trabalho em creche. Ademais, insiste-se na tese, postulada pelo campo da saúde do trabalhador, segundo a qual deve-se investir na viabilidade de mudanças nos locais de trabalho conduzidas pelo próprio coletivo de trabalhadoras.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo defende-se a concepção capital consoante a qual a creche pública se constitui como conquista e direito da classe trabalhadora, mormente das mulheres (IZA; MELLO, 2009). No tocante a saúde, defende-se o pressuposto teórico do campo da saúde do trabalhador de que a saúde está em permanente interação com o próprio trabalho, sendo os trabalhadores os sujeitos do conhecimento sobre esta relação (LAURELL; NORIEGA, 1989; MARX, 2013). Portanto, pretende-se conhecer a configuração desta relação no trabalho em creches de professoras e monitoras na perspectiva das próprias trabalhadoras².

No tocante a história das creches no Brasil, Iza e Mello (2009) enfatizam o longo tempo de sua inserção junto à área de promoção social, contribuindo para consolidação de uma visão do "cuidar" como prática predominante no trabalho das professoras de crianças pequenas, em detrimento de uma intencionalidade educacional de qualidade, que envolvesse, por exemplo, o desenvolvimento da autonomia na criança. A autora destaca a idéia de que a maioria das educadoras que trabalhava com as crianças pequenas não tinha formação docente, inclusive cita casos de pessoas analfabetas. Nesse contexto, o trabalho dessas mulheres foi, e ainda hoje continua a ser, pouco valorizado, uma vez que é associado à prestação de serviço a classe trabalhadora. Além disso, a maioria dos salários, bem como as condições de trabalho dessas mulheres, têm sido insuficientes para o desenvolvimento de atividades que pressuponham o cuidado e educação para crianças.

Para atender às demandas que tem crescido nos últimos anos os professores da educação infantil também têm se submetido à carga horárias maiores e apresentado problemas de saúde relacionados às suas atividades diárias. De acordo com Simões e Latorre (2006), os problemas mais freqüentes de saúde que tem acometidos os profissionais da educação infantil são: alteração vocal e rouquidão. Os autores constataram que a disfonia é um problema evidente em profissionais de creches em todo o Brasil. Ademais, as condições precárias de trabalho também favorecem o surgimento de problemas de saúde como Ler/ Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), entre outros, resultantes das intensas

²O gênero feminino será utilizado na formulação da redação deste estudo em referência as participantes da pesquisa, uma vez que foram todas mulheres, não existiam homens na creche investigada.

jornadas de trabalho. Os DORTs correspondem a um conjunto de afecções relacionadas com as atividades laborativas que são causadas pela repetição de movimentos diários ou posturas inadequadas mantidas durante as atividades de trabalho (BARBOZA et al., 2008).

Cabe a observação segundo a qual a LER/ DORT caracteriza-se por danos decorrentes da utilização excessiva, do sistema osteomuscular, e da falta de tempo para recuperação. São caracterizadas pela ocorrência de vários sintomas, freqüentes ou não, com aparecimento insidioso de predominância nos membros superiores, tais como dor, parestesia, sensação de peso e fadiga (BRASIL, 2001).

De fato, os sintomas osteomusculares são um importante problema de saúde relacionada ao trabalho, em todo o mundo, sendo observada em indivíduos com diferentes ocupações, inclusive em professores. A carga horária excessiva pode favorecer a prevalência de LER/DORT levando a um processo de desgaste do trabalhador, como por exemplo, a realização de horas extraordinárias, sem remuneração adequada, podendo levar a insatisfação e a morbidades relacionadas ao trabalho (CARVALHO; ALEXANDRE, 2006).

Merece atenção também a interpretação segundo a qual, as creches podiam ser consideradas como “depósito de guardar crianças” (KUHLMANN, 2000, p. 32). Convergente com esta concepção, Almeida e Lara (2005) confirmam que no momento da criação de creches populares podia-se colocar qualquer pessoa para tomar conta das crianças, sem ser exigida uma formação profissional de educadores já que, não havia a prerrogativa de um trabalho pedagógico para lidar com as crianças. Além disso, de acordo com as autoras, havia falta de recursos públicos para a educação infantil.

Foram nos idos dos anos 80, com as reivindicações dos movimentos populares, provocados pelas contradições sociais e econômicas do sistema capitalista, que as creches passaram a assumir o caráter de instituição de ensino. A partir de então, se desenvolveu programas curriculares voltados às necessidades afetivas e pedagógicas das crianças, sendo incluído o necessário suporte assistencial. De acordo com Kuhlmann (2000), a luta para defender o caráter educacional nas instituições, partia da iniciativa também dos profissionais que atuavam nas próprias instituições e que exigiam melhores condições de trabalho.

Decerto, apesar de haver surgido como suporte social das camadas mais empobrecidas da população, a creche pública passou a integrar as políticas de Estado. Consoante Cruz (2010), as creches públicas ou aquelas vinculadas às secretarias municipais (estas denominadas como creches comunitárias) constituem, em geral, a única oportunidade de atendimento em pré-escola em período integral ao qual a população mais pobre tem direito (CRUZ, 2001). No entanto, estudos como os de Kuhlmann Jr. (1998) confirmaram que, de

fato, a pré-escola municipal no Brasil ainda encontrava-se dividida, como as creches do município paulistano, em que parte delas permanecia no órgão do bem-estar social, apesar das determinações da legislação federal em vigor. Seriam necessários novos estudos para se verificar se a mudança para a área de educação já se realizou em sua totalidade.

Cruz (2001) advoga que estudos a respeito da situação de creches no Brasil, em áreas específicas, contribuem para o conhecimento do atendimento prestado às crianças nessa faixa de idade na esfera local. O autor destaca dois estudos realizados, em Belo Horizonte (MG) e no Rio Grande do Sul. Entre os resultados apresentados saltam aos olhos os dados referentes aos baixos salários dos profissionais de educação infantil; a longa jornada semanal de trabalho (superior a 40 horas semanais). Constatou-se ainda que boa parte dos coordenadores pedagógicos e professores concebem a função da creche ou pré-escola como "preparação para a 1ª série"; e que um número bem limitado de entrevistados afirmam "seguir uma proposta pedagógica em seus estabelecimentos" e que um número significativo de professores das instituições pesquisadas sequer sabia o que isso significava (CRUZ, 2001).

No estudo de Kramer, Toledo e Barros (2014) sobre políticas públicas municipais na gestão da educação infantil no Estado do Rio de Janeiro, realizado 15 anos depois de aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Os resultados possibilitaram afirmar que é imperativo se introduzir algumas medidas, a saber: a abertura de concurso específico para professor de educação infantil; processos democráticos de nomeação de diretor nas creches; plano de cargos e salários compatível com a função docente; melhoria nas condições das instituições; formação das equipes de gestão. Chamou atenção também, no mencionado estudo, o tópico relativo às conseqüências das trocas de governo e a interferência de políticos na contratação de pessoal e na distribuição dos cargos. As trocas de governo foram apontadas como fator de fragmentação do trabalho e como justificativa para o desconhecimento das informações sobre a educação infantil.

Diante do quadro exposto, este estudo teve por objetivo geral: conhecer as relações entre trabalho e saúde dos educadores de creche sob a perspectiva dos próprios trabalhadores. E por objetivos específicos: identificar aspectos presentes à organização e ao processo de trabalho dos professores e monitores de creche que se relacionem a queixas de saúde desses profissionais; compreender o ponto de vista dos trabalhadores de creche a respeito da sua situação de saúde; identificar possíveis mudanças no trabalho em creche, que sejam favoráveis à saúde dos trabalhadores.

Destarte, teve-se a seguinte questão orientadora do estudo: Qual a visão dos professores e monitores de creche a respeito do seu trabalho e da sua saúde?

O presente estudo justifica-se pela diminuta publicação acerca da temática alusiva ao trabalho e a saúde de professores e monitores de creche após levantamento realizado em bases de dados de periódicos nacionais indexados nas áreas da saúde coletiva e da educação. Conforme observado por Bazon e Biasoli-Alves (2000), identifica-se uma carência de debate e reflexão acadêmica a respeito do contexto do trabalho dos educadores de creche. Cabe-nos ainda destacar a sua relevância social e política, já que se refere a um direito conquistado por mulheres trabalhadoras e seus filhos. Acrescente-se ainda, o fato de que se gerar conhecimento sobre o trabalho e a saúde de professoras e monitoras de creche poderá suscitar melhoria no desenvolvimento do trabalho pedagógico junto às crianças e, ainda, por conseguinte, nos resultados no processo de formação humana do trabalho, em senso amplo.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Decerto, a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade nos últimos anos no Brasil tem passado por mudanças significativas, em especial depois do advento da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 90. As mudanças partiram de pontos legais, educacionais e determinações de diretrizes e bases para o funcionamento da educação em instituições públicas e privadas (ALMEIDA; LARA, 2005).

A educação infantil³ é uma das prerrogativas de direito da criança e tem como objetivo cuidar e garantir a cidadania, em especial daquelas crianças em situação de vulnerabilidade social. O profissional que trabalha com crianças, precisa estar devidamente qualificado para atender as novas demandas e especificidade dessa modalidade de ensino (ALMEIDA; LARA, 2005).

Segundo Oliveira (2002, p. 124), o educador deve conhecer teorias a respeito do desenvolvimento infantil, quanto ser capaz de avaliar cada atividade realizada. Conforme a afirmação dos autores existe competências consideradas básicas para todas as crianças terem sucesso em sua inserção em uma sociedade concreta (OLIVEIRA, 2002, p. 124).

É indiscutível a importância do trabalho dos professores e monitores (educadores) no atendimento oferecido as crianças e da influência que ele exerce na vida de delas, decerto intervindo diretamente na sua formação. Portanto, faz-se necessário um planejamento no sentido de oferecer uma formação profissional, baseada nas reais necessidades, deficiências e motivações dos profissionais educadores, visando à melhoria dos serviços prestados à população (VOLPATO; MELLO, 2005, p.03). Desse modo, é essencial se conhecer o contexto do trabalho em que esses professores e monitores desenvolvem as suas atividades, bem como a sua situação de saúde.

A rigor, a educação infantil demanda profissionais qualificados que possam atender as diferentes necessidades das crianças em fase de pré-escolarização. Para Volpato e Melo (2014), a falta de escolarização dos profissionais de educação infantil prejudica a qualidade do trabalho desenvolvido nas creches do Brasil. O documento intitulado “*Referencial*

Curricular Nacional de Educação Infantil” (BRASIL, 1998) que integra a série “Parâmetros Curriculares Nacionais” do Ministério da educação reitera a necessidade de ações educacionais, orientadas para a profissionalização, agregando a escolaridade mínima exigida (2º grau em nível de magistério) à formação permanente em serviço.

Os estudos desenvolvidos por Sayão (2005) mostram a necessidade de que as ações de profissionalização junto a trabalhadores de creche devem ter por base o dado fundamental de que grande parte desse grupo de trabalhadores é formada por pessoas do gênero feminino, isso muito em função da idéia comum de que a mulher é preparada desde cedo para cuidar dos outros. Sayão (2005, p. 6) defende ainda que “a concepção de profissão feminina precisa ser repensada porque qualquer noção sobre as mulheres implica necessariamente suas relações com os homens”. Sayão (2005, p. 6) defende ainda que “a concepção de profissão feminina precisa ser repensada porque qualquer noção sobre as mulheres implica necessariamente suas relações com os homens”. Segundo a autora torna-se imprescindível programar mudanças na formação docente das trabalhadoras de creche levando-se em consideração as relações de gênero no trabalho.

Portanto, se observa a necessidade de uma escolarização mais adequada para melhorar a qualidade do ensino nas creches e diminuir as diferenças de gêneros garantindo a igualdade de condições e desenvolvimento humano entre ambos. Portanto, para se ter maior preparo para atender as necessidades de escolarização das crianças é preciso uma formação de caráter permanente para os profissionais das creches em todos os sentidos, incluindo o tema de gênero.

Segundo Oliveira et al. (2006), existe a necessidade de que o professor torne a sua prática pedagógica centrada no atendimento das necessidades de formação dos educandos para melhor prepará-los para os demais níveis de formação. Segundo os autores, o desenvolvimento profissional e social do professor é complexo, pois constata-se muitas crenças, pontos de vista e valores morais que podem interferir na relação pedagógica com as crianças.

Para Campos (2006), a formação do professor para a educação infantil é importante principalmente para diminuição das desigualdades de gêneros. Nessa fase de educação o perfil das crianças atendidas demanda cuidados diferenciados da fase de alfabetização, bem como das demais fases posteriores. Campos (2008, p. 127) assegura que seria preciso construir uma nova identidade para esse profissional, talvez até mais exigente no que diz respeito à fundamentação teórica adquirida durante a formação.

Já no que se refere especificamente ao papel do monitor de creche, Bazon e Biasoli-Alves (2000) asseguram que embora este deva oferecer, prioritariamente, suporte para o trabalho professor, a maioria dos estudos constata que, na prática, os monitores assumem as atividades dos professores sem a necessária formação. Sendo assim, se deveria investir na escolarização desse educador, por meio de processos de educação continuada.

No que concerne ao tema da formação do professor, por certo, trata-se, hoje, de um dos elementos fundamentais para obter-se uma educação de qualidade nas escolas e espaços onde acontece a educação pública no Brasil. Por essa razão, são necessárias ações que consolidem experiências que favoreçam o aprendizado dos alunos de forma eficiente. Além disso, encontra-se na literatura, conforme visto, a proposta de formação continuada que permite ao educador ter acesso às novas práxis educativas e a atualização com relação ao uso de novas tecnologias (QUEIROZ, 2001).

Ressalta-se que para Carvalho (2007) o ato de educar deve fundamentar-se, também, na co-responsabilização de programas de caráter de formação continuada, nos quais tanto educandos quanto educadores possam se beneficiar. De acordo com o autor, o ato de educar não se restringe a prestação de serviços.

2.1 ASPECTOS LEGAIS SOCIAIS RELACIONADOS À CRECHE

A Constituição Federal de 1988 trouxe o desenvolvimento de políticas públicas para a educação infantil. O ideário centra-se no desenvolvimento das creches como instituições de ensino. Contudo ainda hoje há muito para ser feito.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394/1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 e no Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 10.172/2001. Todos reafirmaram o direito da criança a ter educação de qualidade, com profissionais e estruturas adequadas no ensino público.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), a Educação Infantil é a: primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).

Ainda de acordo com as DCNEI, a Educação Infantil deve se pautar em princípios éticos tais quais a autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum, ao meio ambiente, as diferentes culturas, identidades, singularidades. Princípios político, do qual se baseia em cidadania, exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e os fundamentos estéticos. Quanto a esse último aspecto, deve respaldar-se em sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão, manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010).

Segundo a LDB, a criança de zero a três anos pertence à creche e as de quatro e cinco anos fazem parte da pré-escola. A educação infantil é garantida por lei como dever do Estado e, para a família que tiver crianças na faixa etária de até 3 anos é opcional matriculá-la ou não na creche.

Vale ressaltar que a LDB assenta a transferência das creches para a área educacional e dessa forma passa a exigir a formação em nível superior de todos os seus profissionais. Os currículos desenvolvidos para as creches que atendem crianças de zero a três anos têm um caráter pedagógico. Isso porque cuidar de bebês e crianças pequenas não é apenas o tomar conta (alimentar e higienizar), há um trabalho pedagógico que precisa ser conhecido e construído na relação entre a teoria e a prática.

2.1.1 A inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conquista de direitos sociais

As creches públicas surgem no Brasil como atendimento as lutas sociais empreendidas por mulheres que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar suas crianças. Tinha como clientela as crianças oriundas de família de baixa renda e pobres. Consoante Almeida e Lara (2005), as creches surgiram dentro de um enfoque paternalista e ainda existem resquícios dessa visão inicial.

Pela perspectiva da história do trabalho feminino, constata-se que este teve como desígnio as atividades domésticas e o cuidado da família durante muito tempo. Até a primeira grande guerra a mulher ocupava, de forma preponderante, o papel de dona de casa e mãe, não votava e seus direitos eram restritos. Com os maridos morrendo ou indo para o campo de batalha elas passaram a cuidar dos negócios da família.

Muito antes da era cristã, o trabalho feminino esteve voltado ao mundo doméstico. Na idade média, elas eram separadas por categorias: as solteiras deveriam lavar e tecer, as mães tinham que cuidar das crianças, as de meia idade cuidar da cozinha e adolescentes e, as camponesas, além das tarefas domésticas, deveriam ajudar seus maridos na agricultura (MEDEIROS, 2006, p.31).

De fato, a organização da sociedade é marcada por traços patriarcais e machistas. Ainda hoje, luta-se pela igualdade de direitos, esse ainda seja um objetivo a ser alcançado.

As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade (PROBST, 2003, p.1).

Depois da revolução industrial as mulheres passaram a integrar a mão de obra das fabricas de manufatura. Com a falta de mão de obra depois da segunda guerra mundial as mulheres passam a trabalhar fora de casa para garantir o sustento da família. Com o passar do tempo algumas leis foram instituídas para se garantir direitos às mulheres.

Algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. Mesmo com essa conquista, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo (PROBST, 2003, p.1).

Com o advento da Constituição de 1988 no Brasil, as mulheres passaram a conquistar novos direitos sociais e trabalhistas.

A partir dos anos 80, ocorreram alguns fatos inovadores. As mulheres começaram a conquistar melhores empregos, ocupações e acesso a profissões de nível superior por mulheres escolarizadas, entre outras coisas (BRUSCHINI; PUPPIN, 1994, p.2).

A inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres (PROBST, 2003, p. 2).

Então, verifica-se que embora as mulheres, atualmente, estejam ocupando em todos os setores do mercado de trabalho cargos em situação de destaque e igualdade no que diz respeito às atribuições de trabalho, é fato que ainda ganham salários menores, mesmo

desenvolvendo funções semelhantes. Portanto a creche é também um direito relacionado às conquistas sociais e de gênero.

De acordo com dados do censo 2010, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), o número de famílias chefiadas por mulheres no país saltou de 22,2% para 37,3%, entre 2000 e 2010. De acordo com os dados do mesmo instituto, as mulheres têm chefiado mais famílias mesmo quando possuem marido. Com aumento 19,5% para 46,4% mesmo período. Segundo o IBGE (2012), a evolução se explica porque as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SAÚDE E TRABALHO

No que concerne ao enfoque teórico adotado sobre a relação saúde e trabalho lançou-se mão do conceito ampliado de saúde (BRASIL, 1988) e de preceitos da vertente do materialismo histórico, como o reconhecimento da centralidade do trabalho no mundo social (ANTUNES, 2009; MARX, 2013), complementarmente apresentou-se alguns aspectos políticos e pressupostos constitutivos do campo da saúde do trabalhador.

A saúde é vista como direito de todos e dever do estado. Depois do advento da Constituição Federal de 1988, no Brasil a saúde passou a ser regida por princípios da universalidade, integralidade, equidade e descentralização. O objeto saúde e doença devem ser aprendidos a partir de suas diferentes dimensões (BRASIL, 1988).

É digno de nota o conceito de saúde advindo da oitava Conferência de Saúde, cujo temário central versou sobre “A Saúde como direito inerente a personalidade e à cidadania”.

Em sentido amplo, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986, p. 4).

No que tange ao aporte teórico filosófico adotou-se como referencia principal a corrente de pensamento do materialismo histórico, segundo o qual o trabalho é concebido como a atividade planejada e consciente desenvolvida pelo homem e que o possibilita a criar o seu mundo e auxiliar na construção social de si e de outros (MARX, 2013). O trabalho está intimamente relacionado à construção de processos, de vidas, de articulação entre pensamentos, estando ligado diretamente à possibilidade de o homem ocupar uma posição de sujeito no processo produtivo (CARVALHO; ALEXANDRE, 2006).

É com o trabalho que o homem tem a possibilidade de se colocar como sujeito em sua relação com o mundo; é no trabalho que o homem se produz a si mesmo. O trabalho é o núcleo fundamental a partir do qual podem ser compreendidas as formas da atividade criadora do sujeito humano (MARX, 1974; SOUZA, 2014).

No Brasil, durante a Revolução Industrial, que ocorreu por volta de 1930, novos problemas decorrentes da saúde do trabalhador impulsionaram o reconhecimento de um novo conceito de saúde ocupacional. Em 1943, foram consolidadas as leis do trabalho (CLT).

Contudo, na década de 70 a quantidade elevada de acidentes que ocorriam levou o país a alcançar o título de campeão mundial de acidentes de trabalho. Posteriormente, com o objetivo de garantir a preservação à saúde e a integridade dos trabalhadores, em 1978, foi estabelecida a Portaria nº 3214 que elegia 28 normas relacionadas a equipamentos e máquinas de proteção, insalubridade e outros aspectos (OLIVEIRA, 2001).

A área de saúde do trabalhador é integrante do sistema político de saúde no Brasil. Apresenta como preceitos normativos, aspectos referentes a se zelar pela saúde nos ambientes laborais e nas relações do ser humano com o trabalho, recuperando e promovendo a saúde, prevenindo agravos e ainda, tratando e reabilitando o trabalhador. Além disso, fazem parte do seu escopo de cláusulas políticas, o desenvolvimento de ações individuais e coletivas que visem atuar no processo saúde-trabalho-doença, para eliminar ou controlar determinantes, fatores de riscos e danos à saúde (OLIVEIRA, 2001).

No que concerne aos aspectos teórico-epistemológicos do campo, entende-se por saúde do trabalhador o conjunto de conhecimentos oriundos de diversas disciplinas, como Medicina Social, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Clínica Médica, Medicina do Trabalho, Sociologia, Epidemiologia Social, Engenharia, Psicologia, entre tantas outras, que – aliado ao saber do trabalhador sobre seu ambiente de trabalho e suas vivências das situações de desgaste e reprodução – estabelece uma nova forma de compreensão das relações entre saúde e trabalho e propõe uma nova prática de atenção à saúde dos trabalhadores e intervenção nos ambientes de trabalho (NARDI, 1997).

Distingue-se nesse campo de conhecimento a categoria “processo de trabalho”, pois permite identificar as transformações necessárias a serem introduzidas nos locais e ambientes para a melhoria das condições de trabalho e saúde (MINAYO; LACAZ, 2005, p.2). Para Harvey (2011) as relações humanas envolvidas no processo de trabalho é assunto essencial, além de ser complexo. O autor reconhece, com Marx, que é o trabalhador “a pessoa que realmente faz e conhece o trabalho” (HARVEY, 2011, p.88). O trabalhador é o sujeito criador e é no local de trabalho que se expressa diretamente às relações sociais do processo de trabalho como gênero e etnia. De acordo com Harvey (2011, p.89), o processo de trabalho é campo particular do local de produção e são realizados “a portas fechadas” e somente aqueles que trabalham sabem muito bem o que acontece. Convergente com esta linha de pensamento, o campo da saúde do trabalhador adota como premissa teórico-metodológica a acepção segundo a qual o trabalhador é reconhecido como sujeito do conhecimento sobre o seu próprio trabalho e protagonista das mudanças necessárias nos ambientes de trabalho de maneira a se promover saúde (GOMEZ, 2011).

Assim, o ponto que queremos destacar diz respeito ao reconhecimento segundo o qual o trabalho está fortemente relacionado ao processo produtivo e ao desenvolvimento do indivíduo como um todo, existe uma interação e influencia mútua entre o corpo (e subjetividade do trabalhador) e o próprio trabalho que certamente interfere, de maneira direta, no processo de saúde e nas formas de adoecimento do trabalhador (LAURELL; NORIEGA, 1989).

3.2 A PERSPECTIVA DA PRÁTICA EDUCATIVA EM PAULO FREIRE

Adotou-se como referência filosófica principal do estudo o campo da educação crítica, mais especificamente a vertente do pensamento freireano, de modo a se refletir sobre a prática de monitores e professores de creche. Elegeu-se a última obra de Paulo Freire (2002), como base teórica central, intitulada: *“Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”*.

De acordo com essa perspectiva, a pedagogia da autonomia pode propiciar as bases para se operar a libertação, por meio do processo educativo crítico, do determinismo econômico neoliberal, reconhecendo que a história é um tempo de possibilidades.

Freire (2002) chama atenção para o fato segundo o qual a prática pedagógica predominante atual imposta ao educador acaba por “castrar” a curiosidade do educando, porquanto cumpre-se metas impostas por uma estrutura de ensino para memorização, por isso não forma apenas doméstica.

Para Freire (2002) o bom professor deve ser curioso e deve provocar curiosidade. Esta curiosidade deve ser incentivada para que se mantenha viva a chama do querer saber, do querer entender. Se esta troca não ocorre, com o tempo o professor se verá diante de uma situação quase estática, paternalista na maneira de ensinar, impedindo o exercício livre da curiosidade. A curiosidade deve ser democrática e abranger a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Freire, não é possível descobrir o conhecimento, já que ele não está dado, deve-se, portanto buscar pelo o que é novo, despertando para a curiosidade e o prazer da descoberta.

De acordo com Freire (2002) o significado de ensinar é diferente do senso comum, pois liberta o aluno, instiga o mesmo a pensar, a ter atitudes positivas e ativas na vida, ou seja, tem o objetivo de formar o cidadão crítico e atuante na sociedade atual.

Outro ponto capital da teoria freireana diz respeito à conhecida afirmação de que: “Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2002, p. 25). Justifica-se dessa forma o pensamento consoante o qual, o professor não é superior, melhor ou mais inteligente do que o aluno, pelo fato de dominar conhecimentos que o educando ainda não domina, mas é como o aluno, participante do mesmo processo de construção da aprendizagem.

No livro, Freire (2002, p. 106) advoga a tese de que não se pode separar “prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender”. O ensino deve nascer da prática cotidiana baseada na

experiência da vida de ambos, tanto do professor quanto do aluno, pois não se podem negar as experiências já existentes. Coincide nesse ponto um aspecto fundamental relacionado às práticas educativas atinentes ao campo da saúde do trabalhador, trata-se do reconhecimento do trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 2006). De acordo com esta acepção, as situações concretas de trabalho, tão bem conhecidas pelos trabalhadores, formam parte essencial do conhecimento científico.

De modo complementar, Freire assegura como falsa a separação entre seriedade docente e afetividade e que é preciso querer bem aos educandos e a própria prática educativa da qual se participa.

Por fim, outra afirmação categórica de Freire, que nos interessa, refere-se ao tema da ética. Para Freire a ética, na experiência educativa, relaciona-se fundamentalmente a relação formativa que se estabelece entre docente e discente. Freire ressalta o necessário comprometimento do educador com o caráter formador que toda prática educativa deve assumir: “Educar é substantivamente formar” (FREIRE, 2002, p.37). Nessa linha de interpretação ganha destaque a idéia da formação humana por meio do enfoque educativo-critico. Nela, a tarefa mais importante é propiciar as condições em que o educador e o educando experimentem assumirem-se como sujeitos social e histórico. Nessa perspectiva a prática educativa pode suscitar, além da autonomia, transformação e criação. A vertente freireana é, certamente, importante referencia para a compreensão do trabalho do educador no contexto da estrutura da educação pública no Brasil e para o abalizamento de ações de mudanças nas atividades dos educadores de creche.

4. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. De acordo com Triviños (1995), o foco essencial do estudo descritivo é a intenção de se conhecer uma determinada realidade (fatos e fenômenos), descrevendo-a “com exatidão”. No que tange ao caráter exploratório do estudo, consoante Gil (1999, p.43), as pesquisas nesta modalidade visam proporcionar uma visão geral e aproximativa de um determinado fato.

Quanto à perspectiva qualitativa do estudo, participa-se da definição segundo a qual esta modalidade de pesquisa empenha-se em conhecer, essencialmente, o universo dos significados (motivos, aspirações, valores, crenças, hábitos e atitudes), fatores estes, essenciais para tentar compreender e explicar a dinâmica das relações humanas (MINAYO; SANCHES, 1993; MINAYO, 2000). Além disso, entende-se que uma pesquisa qualitativa caracteriza-se, conforme afirmam Bogdan e Biklen (1982) e Ludke e André (1986), como aquela que enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Ainda, segundo, Bógus e Martins (2004), a pesquisa qualitativa busca entender o particular do estudo, interpretando as relações através da descrição, ao invés da aferição por meio de métodos estatísticos (MARTINS; BICUDO, 1989; BÓGUS; MARTINS, 2004).

4.1 LOCAL DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado no município de Vitória da Conquista (BA) que conta com o total de 21 creches, sendo 11 municipais e 10 conveniadas. Desse universo de creches calcula-se o número de atendimento em aproximadamente 3.950 crianças.

O local de estudo foi uma Creche Municipal que é mantida pela prefeitura municipal de vitória da conquista, funciona de acordo com a Resolução nº 18/2009, que fixa normas para o funcionamento das instituições de educação infantil de Vitória da Conquista pela Prefeitura Municipal. Funciona em prédio próprio e foi fundada em 17 de Junho de 1999, partindo da necessidade das mães que trabalham fora e não têm com quem deixar seus filhos. Atende também, as necessidades das mães dos bairros circunvizinhos.

A referida creche encontra-se em bairro periférico do espaço urbano municipal, cercada por casas de pessoas de baixa renda com muitos bares e comércio, trata-se de um local movimentado. O critério de escolha dessa creche foi à acessibilidade ao local. A capacidade de atendimento desde o ano de 2014 é de 490 crianças, 225 atendidas de forma integral e as demais em regime parcial, distribuídas nos turnos matutinos e vespertinos.

Oferecem quatro refeições diárias, higiene corporal, atividades lúdicas e pedagógicas. Prestam atendimento a crianças com idade entre 2 a 5 anos de idade, estando dentro dos parâmetros legais exigidos pela LDB.

A creche conta com dez professoras de sala de aula, dezoito monitoras, três coordenadoras (professora), vice-diretora (professora), brinquedoteca (professora), duas cuidadoras, quatro merendeiras, cinco higienistas, um porteiro, um auxiliar de lavanderia.

Quanto ao perfil das participantes, foram entrevistadas dez trabalhadoras, sendo que cinco professoras, todos do sexo feminino e com idade entre 45 e 55 anos. Observa-se que todas possuem graduação em pedagogia, além de alguma especialização na área da educação.

Já as monitoras, foram também cinco entrevistadas, dessas, três possuem o curso de graduação em pedagogia e duas, o curso de magistério. Estão no cargo, em sua maioria, a mais de 12 anos e apenas duas das entrevistadas já teve a oportunidade de mudar de função e conhecer um pouco mais do funcionamento da creche.

4.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Realizou-se entrevistas individuais e semi-estruturadas, que segundo Gil (1995) trata-se de uma técnica na qual o investigador formula perguntas abertas, sendo flexível no que diz respeito ao roteiro de questões. Nesse enfoque, estimula-se a espontaneidade das respostas.

Triviños (1995, p.146) afirma ainda que a entrevista semi-estruturada é:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo o pesquisador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Foram entrevistadas cinco professoras e cinco monitoras da creche. Chegou-se a este número devido à adesão de somente cinco professoras ao estudo, assim também definimos o mesmo número de entrevistadas para o grupo de monitoras de modo a obtermos um equilíbrio entre os dois segmentos em questão. No tocante ao critério de inclusão do estudo foi estabelecida a seguinte escolha: professores e monitores pertencentes ao atual quadro de funcionários da creche que aceitaram participar da pesquisa; quanto ao critério de exclusão: professores e monitores que não pertenciam ao quadro atual da creche que não aceitassem participar da pesquisa. O instrumento de pesquisa compreendeu em um roteiro semi-

estruturado que incluía itens de identificação dos entrevistados e treze perguntas, quais sejam: idade; gênero; formação; cargo e função desenvolvida. Quanto às perguntas do roteiro de entrevistas foram:

- Já trabalhou em outra função nesse estabelecimento?
- Tempo na função atual;
- O que entende por saúde;
- Descreva-me a sua atividade de trabalho;
- Você identifica algum aspecto no trabalho que possa interferir na saúde?
- Como você vivencia as relações de trabalho com a chefia e outros profissionais da creche?
- Gosta do seu trabalho como ele está?
- Se pudesse que mudança(s) realizaria no seu trabalho?

Todas as entrevistas foram precedidas da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo as normas para pesquisa envolvendo seres humanos da Resolução 466.5/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Esta pesquisa recebeu parecer favorável sob o número 1.520.555 em 28/04/2016.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para análise e interpretação dos dados empíricos, advindos das entrevistas, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, mais especificamente a análise temática. A rigor, trata-se de uma tradição de interpretação crítica dos dados e de análises reflexivas dos materiais de campo. De acordo com Minayo (2004), realizar uma análise temática consiste, sobretudo, em identificar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, por meio do uso de critérios de seleção do material, tais como: frequência, representatividade e pertinência. De acordo com a autora, uma análise a partir da definição de temas é, mormente, uma análise de significados. As presenças de temas sobressalentes possibilitam ao pesquisador conhecer valores, concepções e práticas do seu universo de estudo.

De acordo com Minayo (2004) a análise temática deverá ser operacionalizada em duas etapas. Na primeira (pré-análise), será feita um contato exaustivo com o material, através de repetidas leituras, retomando simultaneamente os questionamentos e os objetivos iniciais do estudo. Em seguida, passa-se a constituição do corpus de pesquisa, que diz respeito à seleção dos materiais sucedidos nas entrevistas, que atenderão a algumas normas de validade

qualitativa (nos valem, sobretudo de critérios de representatividade e pertinência) de modo a se alcançar as categorias de análise.

Quanto à segunda etapa (exploração do material), consiste no procedimento de classificação e da identificação das categorias temáticas de análise. Segundo Minayo (2004), a categorização diz respeito a um processo de redução dos textos às palavras e expressões significativas. Deste modo, as falas foram organizadas por temas que constituíram os tópicos principais de análise. Convém considerar mais uma vez que, o enfoque adotado de análise temática, neste estudo, pertence a uma linhagem que valoriza os significados e a interpretação crítica dos conteúdos de análise.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Optou-se por dividir este capítulo em duas seções, de modo a apresentar a visão dos dois segmentos de trabalhadoras pesquisadas. Assim os materiais de análise foram dispostos por grupos de professoras e monitoras, separadamente. Esta estratégia surgiu no intuito de possibilitar uma melhor organização e análise dos materiais de campo por atividade de trabalho, conforme preconizado pelo campo da Saúde do Trabalhador de modo a se possibilitar análise e ações sob a perspectiva da organização do trabalho em creche. Ao se adotar esta separação na apresentação dos materiais não se pretende estabelecer comparações ou diferenciações entre as atividades desses segmentos de trabalhadores, mas sim apresentar aqueles temas que emergem como os mais significativos para os dois grupos, distintamente, em relação ao trabalho e a saúde. Pretende-se com isso caracterizar, também, as especificidades do trabalho de cada grupo investigado.

5.1 PROFESSORES

A precariedade das condições e do ambiente de trabalho

Nas entrevistas junto aos professores chamou a atenção o tópico referente ao ambiente e as condições do trabalho na creche. Constatou-se que o ambiente de trabalho para essas professoras se caracteriza pela precariedade e pela improvisação.

[.] uma coisa muito improvisada (entrevistada 2).

Aqui precisa muito de material lúdico para as crianças (entrevistada 3).

[..] antes não tinha internet, só tem há 02 anos, não tinha impressora era mimeografo(entrevistada 5).

Verificou-se a falta de material pedagógico e didático para suporte ao trabalho com as crianças. Segundo Borges (2009) a falta de material pedagógico é um sério obstáculo ao trabalho do professor. Em virtude dessa adversidade, no cotidiano, os professores criam atividades, julgadas por eles como alternativas ao modo convencional de se trabalhar. De acordo com o autor são atividades que reduzem o desgaste dos professores, mas que leva à banalização do processo educacional.

No decurso das entrevistas realizadas nas dependências da própria creche observou-se que mesmo sendo um local bem iluminado e alegre, há no ambiente muita poeira. O espaço

da creche é amplo e bem repartido, contudo, considerando o volume de crianças atendidas pela instituição, não há como isolar o barulho das salas de aulas, e este fato acaba tornando o ambiente muito barulhento, suscitando incomodo e irritação para quem permanece nele o dia inteiro. Além disso, houve críticas quanto ao tamanho e porte do mobiliário da creche que, embora sejam adequados para as crianças, não são apropriados para o adulto, ou seja, para o trabalhador que fica com a criança. Segundo Freire (2006) é indispensável à prática docente a luta por condições materiais adequadas e a possibilidade de acordos e de acertos para que a melhoria do trabalho docente se efetive.

O ambiente tem muita poeira, eu tava com uma tosse que não melhorava, ficando muito tempo rouca e às vezes com secreção nasal, [...] interfere também na minha saúde o fato de as cadeiras da sala serem pequenas, o que me acarreta dores na coluna (entrevistada 1).

[...] as cadeiras da sala eram para crianças de acordo com a idade, não eram pra nós, por que eram cadeiras pequenas (entrevistada 2).

Carvalho e Alexandre (2006) encontraram uma alta prevalência de sintomas músculo esqueléticos em professores do ensino fundamental, principalmente para aqueles que exerceram uma carga horária excessiva. Para o autor, a sobrecarga de horas extraordinárias e pouco remuneradas tem efeitos particularmente nocivos sobre o trabalho e a saúde dos educadores.

Sobrecarga de trabalho: a quantidade de alunos em sala

Outro ponto bastante comentado pelas entrevistadas diz respeito à quantidade de alunos em sala, observaram que o tamanho das salas é pequeno em relação ao número de crianças distribuídas em cada uma delas (em média, vinte e três crianças por sala). Assim, a sobrecarga de trabalho acaba sendo outra problemática identificada pelas trabalhadoras, considerando tanto o elevado número de crianças em sala de aula a serem atendidas, quanto à qualidade de atenção que deve ser prestada. Do ângulo de compreensão do campo da saúde do trabalhador, a configuração ambiental e organizacional nas escolas apresenta implicações para o processo de morbidade docente e sobre a atividade de trabalho em sala de aula. Assunção e Oliveira (2009) referem-se ao trabalhador docente como sujeitos que desempenham atividades de complexas dimensões, demandando um ambiente de trabalho com condições favoráveis a desempenhá-las. Decerto, as mudanças nos ambientes de trabalho devem estar

baseadas na visão e no conhecimento dos próprios trabalhadores, já que são eles os portadores do saber e da experiência sobre o próprio trabalho (ODDONE, 1986).

O numero de alunos, por classe deveria ser reduzido, a gente trabalha com crianças que estão em níveis diferentes de aprendizado, além das questões emocionais que a gente tem que dar conta, e não há dinâmica de grupo, não há tempo pra dar uma atenção mais individualizada (entrevistada 3).

Em estudo realizado por Gomes e Brito (2006) as autoras afirmam que a sobrecarga de trabalho relacionada à atividade do professor refere-se a um conjunto de elementos de naturezas diferentes. Associa-se à variabilidade do trabalho determinada pela gestão, pela política educacional, pela composição e tamanho das turmas, pela infra-estrutura material das escolas e pelo tempo.

Intensificação do tempo de trabalho do professor

Nas entrevistas chamou atenção na fala das professoras a falta de tempo para se realizar o planejamento pedagógico e demais atividades, fazendo com que o trabalho das professoras se estenda além da jornada normal de 40 h, caracterizando a intensificação do trabalho. Para Souza (2014) a precarização do trabalho na educação inclui, entre outros fatores, a degradação das condições materiais do trabalho, e, ainda, a intensificação laboral, como a invasão do tempo de lazer e descanso dos professores. De acordo com Sato (2002) a depender da forma como o processo de trabalho é organizado no cotidiano de trabalho – levando-se em consideração os modos de se trabalhar, de se relacionar com as pessoas e de lidar com o tempo – pode se configurar como ambiente nocivo à saúde do coletivo de trabalhadores.

Segundo relato das professoras, no que concerne a organização do tempo de trabalho do professor, este se inicia na creche as 07h30min da manhã, momento em que todos os profissionais já estão em suas classes, sendo que às 10h tem-se um intervalo de 15 min. e, além disso, as professoras não fazem refeição na unidade educacional, saem às 11h30min, retornando às 13h:

[...] tenho uma rotina bem agitada, por que a educação infantil é bem dinâmica, é difícil. (entrevistada 04).

Esse é o tempo que a gente tem sem as crianças para fazermos um lanche, ir ao banheiro e às vezes nem é possível fazer isso com tranquilidade, pois, não dá tempo (entrevistada 04).

O intervalo curto não é positivo para um bom trabalho e qualidade de vida do profissional, esse trabalho exige muita dedicação. Acho o intervalo muito curto, por que esse intervalo não é pra o nosso descanso (entrevistada 2).

[...] deveria ter aqui um intervalo um pouco maior pra gente se organizar melhor (entrevistada 01).

Consoante Souza e Brito (2012) as pausas no trabalho constitui-se como tópico fundamental para a saúde devendo ser objeto de debate dos trabalhadores e suas organizações. Trata-se de um reconhecimento advindo da experiência dos trabalhadores e para tanto deve-se respeitar os intervalos previstos e as pausas durante a jornada de trabalho, assim como a defesa coletiva para o seu alargamento.

Prescrito e real do trabalho das professoras

O trabalho real da professora extrapola os limites do tempo e do espaço do trabalho na escola. Gomes e Brito (2006) enfatizam que de acordo com a prescrição do trabalho, esse profissional deveria cumprir por semana um determinado tempo em sala de aula e outro tempo seria reservado para elaboração de aulas e demais atividades. Entretanto, devido às variabilidades, como número elevado de alunos por turma, espaço inadequado para desenvolver as atividades fora da sala de aula (sala dos professores), más condições de trabalho (ruído, falta de recursos materiais, como computador, livros e papel), uma regulação feita pelas professoras e professores é ocupar o que seria o seu tempo livre com essas atividades, invadindo as suas vidas domésticas.

As entrevistadas fizeram menção ainda à prática corrente da realização de tarefas que, segundo as profissionais, não são atribuições da professora, ou seja, afirmam que o trabalho real é diferente das atribuições prescritas, o que acaba gerando sentimentos de insatisfação e tensão no trabalho.

[...] levamos os meninos para a alimentação [...]ali se sujam, se deixam cair, se derramam alguma coisa a gente vai limpar (entrevistada 05).

Eu mudaria alguma coisa principalmente sobre as definições das funções de cada um, pra cada um saber o que e em que fazer realmente (entrevistada 02).

[...] a xérox não e minha atribuição, teria que ter uma pessoa específica pra isso (entrevistada 5).

A tarefa prescrita (trabalho prescrito) refere-se ao que se espera que o trabalhador execute, mas que nem sempre corresponde à tarefa que realmente é executado (trabalho real), pois no cotidiano do trabalho real, o trabalhador executa o trabalho baseado nas necessidades do ambiente laboral (LEPLAT; HOC, 1983; CRU, 1988).

Para Sato (2002) No que se refere especificamente à saúde do trabalhador, deve-se reconhecer a possibilidade de serem realizadas micronegociações nos locais de trabalho, garantindo-lhes o papel de sujeitos do conhecimento a respeito da melhoria das condições de trabalho e saúde. Decerto, os trabalhadores são atores que podem conduzir mudanças para a preservação da saúde, encaminhadas sempre, a partir do grupo primário de trabalho.

Relações hierárquicas

Depreende-se das entrevistas o aspecto referente às relações hierárquicas na creche. Conforme afirmam Almeida, Neves e Santos (2010) as pessoas não são passivas diante da rigidez das regras e da relação hierárquica, mas são capazes de reagir e organizarem-se mental, afetiva e fisicamente, investindo sentido em sua relação com o trabalho, o qual tem relação com sua história passada, suas experiências afetivas anteriores, além de suas expectativas atuais (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994). No Brasil, a situação de professores e professoras, grosso modo, caracteriza-se historicamente por insuficiente formação inicial, baixos salários e precárias condições de trabalho, o que tem favorecido um processo de extrema precarização docente, com sérias implicações na qualidade do trabalho e na vida desses trabalhadores (ALMEIDA, NEVES e SANTOS, 2010). Aquilo que pretende-se afirmar diz respeito à ideia segundo a qual a precarização do trabalho na educação reflete a precarização das relações humanas no trabalho, incluindo as relações de caráter hierárquico.

[...] a direção deveria ser mais democrática (entrevistada 03).

[...] é claro que os conflitos existem, são naturais os conflitos, mas a gente tenta resolver as questões (entrevistada 04).

[...] acaba sendo aquele trabalho mais individualizado (entrevistada 5).

[...] Aqui existem muitos conflitos, ainda mais que o grupo é grande (entrevistada 03).

Nas entrevistas, as professoras se ressentiam de momentos dedicados ao planejamento coletivo com a participação de todo o grupo de trabalho da creche e criticaram o

direcionamento de uma gestão que privilegia o trabalho individualizado das professoras, em detrimento da colaboração e da integração dos diversos saberes do trabalho em creche.

De acordo com Souza (2014), faz-se necessária a mudanças de paradigmas do atual modelo de gestão predominante na educação e da atual estrutura baseada em modelos verticais na organização do trabalho escolar. Ademais para Silva (2001), embora as regras formais existam, é necessário conhecer o modo como as relações no trabalho se configuram no cotidiano nas escolas – incluindo a hierarquia – e em que medida existe a possibilidade de participação dos diferentes atores nas decisões da escola.

A dupla significação do trabalho do professor

A relação entre trabalho e saúde pode ser melhor significada no caráter duplo do trabalho, na dinâmica entre realização e sofrimento no trabalho. Nessa linha de compreensão, Neves e Seligman (2006) afirmam que em que pese o sofrimento das professoras no tocante as relações hierárquicas, a longa e exaustiva jornada de trabalho, entre outros aspectos no trabalho em escolas, as autoras identificaram que a maior fonte de prazer das professoras diz respeito à relação com os alunos, tornando-se estruturante do ponto de vista da sua subjetividade.

Eu amo trabalhar com as crianças (entrevistada 01).

[...] por que aqui mexe com o emocional, com o psicológico, com tudo (entrevistada 02).

[...] esse trabalho exige muita dedicação (entrevistada 04).

[...] amo o que eu faço... A educação infantil pede muita produção e o tempo é muito curto, levo muito trabalho pra casa (entrevistada 03).

Segundo Dejours (2011), existe uma dinâmica entre sofrimento e prazer no trabalho e para manter o equilíbrio psíquico o trabalhador desenvolve uma série de procedimentos de regulações subjetivas. Mello (2004) ao analisar o estudo de Ongari e Molina (2003), realizado com creches na Itália, chama atenção para os aspectos relacionais e emocionais, base do trabalho com crianças, que constituem ao mesmo tempo o lado gratificante e o lado opressor do trabalho. O salário inadequado é um dos aspectos insatisfatórios que é potencializado ao ser comparado com o das colegas de pré-escola. Este dado é similar à situação brasileira, que atualmente enfrenta dificuldades relacionadas à formulação de políticas públicas para uma

Educação Infantil de qualidade que exige transformações fundamentais e complexas relativas à formação das educadoras e à isonomia salarial. Os aspectos menos satisfatórios são os relativos aos recursos disponíveis na creche e o relacionamento com a administração. O cansaço e a insatisfação são diferenciados por educadoras; aquilo que é cansativo pode ser fonte de satisfação, enquanto que os obstáculos - insatisfação - nem sempre são considerados cansativos.

Para Freire (1984) o trabalho docente deve se fundamentar, sempre, na prática de pensar a própria prática. Nesta linha de compreensão o trabalho é o centro e a fonte fundamental da formação dos trabalhadores de creche de maneira que os aspectos da atividade de trabalho relacionados à saúde devem ser objetos de discussão permanente, tomando-se distanciamento crítico da cotidianidade em que se acham imersos, debatendo e construindo formas de resistências (individual e coletiva) ao trabalho que adocece, mas que, de modo paradoxal, gera também satisfação.

5.2 MONITORAS

Sobrecarga diferenciada?

A rotina das monitoras se parece muito com a das professoras, contudo, as monitoras possuem uma sobrecarga de trabalho maior, que se intensifica, principalmente, entre as 10h e às 15h no momento de recreação das crianças, o que sugere uma divisão e organização do trabalho pautada em subordinação e hierarquia. Durante as entrevistas, as monitoras mencionaram aspectos de diferenças entre o seu processo de trabalho e o das professoras. Chamou atenção o fato de que as professoras possuem um intervalo de 15 min. e, elas não.

[...] a gente não tem os 15 minutos de descanso, a gente fica direto. O professor ele tem o recreio deles, de manhã e de tarde, a gente fica com a mesma turma o dia todo e não tem direito ao recreio, então isso pra gente é frustrante. (entrevistada 03).

[...] é muito cansativo (entrevistada 05).

[...] é uma sobrecarga muito grande, você tem que ter aquele pique para ter vontade de voltar, quando chega à tarde você tá só o bagaço sabe (entrevistada 01).

BazoneBiasoli-Alves (2000) afirmam que as exigências profissionais do trabalho do monitor são inúmeras e que se relacionam com queixas de cansaço e desânimo. O estudo dos

autores revela certo desalento por parte desses trabalhadores, sensações de fadiga e sentimento de impotência relativo ao trabalho, o que pode suscitar quadro de morbidade relacionado à sua atividade de trabalho. Contudo, esses trabalhadores demonstram grande envolvimento e empenho no trabalho.

Ademais deve-se observar, conforme mostra o estudo de Barros et al. (1999), o aspecto relativo à organização do trabalho em creche, especificamente o atendimento a crianças de berçário, atendidas por monitora, que exige um atendimento mais individualizado e especializado.

Do mesmo modo, nas entrevistas foram citadas, pelas monitoras, a ausência de estrutura na creche adequada ao trabalhador:

[...] o banheiro não é apropriado. Então temos dores na coluna, por que são muitas crianças para dar banho (entrevistada 03).

[...] a gente abaixa levanta, em um local apertado, pequeno, e isso acaba prejudicando a coluna, varias colegas estão com problemas de coluna e eu estou desencadeando também (entrevistada 04).

A pressão no trabalho

As monitoras ainda destacaram o estresse e outros problemas emocionais como a depressão e a ansiedade. De acordo com Carlotto (2003), os educadores sofrem as conseqüências de estarem submetidos a um aumento de pressão no seu trabalho. O autor observa que houve o aumento de responsabilidades que lhe são exigidas, sem que, em muitas situações, tenham condições e meios necessários para responder adequadamente.

Aqui há uma pressão muito grande (entrevistada 02).

[...] não aumentou o salário e triplicou o trabalho (entrevistada 5).

Inocente (2007) define que o estresse no trabalho são reações físicas e emocionais decorrentes das exigências que vão além das capacidades e dos recursos do educador. Segundo o autor, o estresse ocupacional está relacionado a fatores de riscos psicossociais que interferem na saúde dos docentes.

É digna de nota, ainda, a significação de estresse relacionado ao trabalho, desenvolvida por Nunes Sobrinho (2006), pois para o autor:

Os fatores contribuintes para o estresse ocupacional vão desde as características individuais de cada trabalhador, passando pelo estilo de relacionamento social no ambiente de trabalho e pelo clima organizacional, até as condições gerais nas quais o trabalho é executado (NUNES SOBRINHO, 2006, p.82).

Complementarmente, estudos como os de Aguiar e Almeida (2006) avaliam que educadores ao perseguirem o ideal de realizar um trabalho de qualidade, se vêem frustrados quando não acolhidos em suas demandas, o que pode levá-los a desistir desse mesmo ideal (AGUIAR E ALMEIDA, 2006, p.2).

Educar e cuidar

Durante as entrevistas sobressaiu o aspecto referente à relação entre a prática do cuidado e o processo de educação levado junto às crianças

[...] você acaba cuidando como se fosse seus filhos. E cuida de higiene, então acaba tendo sobrecarga. Você não trabalha só com o pedagógico, você tem que estar atenta, por que as crianças são muito pequenas, isso acaba sobrecarregando (entrevistada 03).

[...] é uma coisa enfadonha, tem crianças que são problemáticas e no caso nos tomamos os problemas como se fosse pra nos (entrevistada 01).

Alves e Veríssimo (2007) defendem também que a integração entre o educar e o cuidar deve ser reconhecida como a principal função do trabalho em creche. Dentro desta perspectiva, o cuidar é um elemento complementar da educação, capaz de ampliar as funções de caráter pedagógico, assim como desenvolver aptidões fundamentais para a formação das crianças em seus aspectos físicos, psicológicos, culturais e éticos dentre outros. No entanto, a insuficiente formação para a realização de cuidados, principalmente de saúde, somada a sobrecarga de atividades diárias, suscitam dúvidas sobre a real possibilidade dessa integração. Ao observar e analisar o trabalho da equipe da creche pode-se considerar que o cuidar e o educar constituem-se como um par indissociável do trabalho em creche e, com Freire (2006),

como uma tarefa a se realizar coletivamente por toda a equipe, não somente pelas professoras e monitoras. Deve-se para tanto levar em consideração os saberes da experiência daqueles que estão envolvidos na prática educativa; e ainda o papel das famílias e das organizações sociais da comunidade local.

As queixas de saúde e a sua relação com o trabalho

As monitoras entrevistadas afirmaram ainda que após um tempo de trabalho na creche passaram a apresentar algumas queixas de saúde:

[...] vários problemas surgiram como ler, fibromialgia, problema de coluna (entrevistada 01).

Sinto dor no corpo todo. Eu acho que foi depois do trabalho, por que aqui mexe com o emocional, com o psicológico, com tudo! (entrevistada 05).

O estudo de Gomes (2002), na área da ergonomia, sobre profissionais da educação, aborda os efeitos da sobrecarga de trabalho na saúde. Segundo o autor essa modalidade de trabalho tem implicações que ultrapassam a jornada de trabalho, invadindo o horário reservado ao descanso, já que pode causar agitação, estresse e irritabilidade, podendo ainda, num quadro geral, suscitar problemas osteomusculares, psíquicos e de cordas vocais, entre outros. Esses dados são convergentes com outros estudos, como os de Simões e Latorre (2006), no qual enfatiza-se que as condições precárias de trabalho de professoras e monitoras de creche também favorecem o surgimento de problemas de saúde como Ler/ DORT, entre outros, resultantes das intensas jornadas de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Constatou-se com o presente estudo que a construção dos saberes e práticas que integrem cuidar e educar na atenção infantil é um grande desafio a ser enfrentado pelos educadores. A partir dos dados adquiridos em campo, pode-se verificar que no caso do grupo de educadores da creche Paulo Freire, esta tarefa se torna ainda mais desafiadora, sobretudo devido ao quadro de precarização do trabalho que pode ser mitigado ao se levar em consideração o conjunto de saberes construídos no cotidiano de trabalho da creche por todos aqueles profissionais que a integram, como cozinheiras, serventes, vigias e não somente por professoras e monitoras.

Percebeu-se que a referida creche carece de instalações adequadas e de recursos para desenvolvimento do trabalho pedagógico junto às crianças. Notou-se que os professores e monitores acabam levando trabalhos para casa que poderiam ser realizados na própria unidade educacional.

Verificou-se na literatura sobre o tema, que, ainda hoje, a configuração do atendimento a criança em instituições públicas, dirigidas as classes populares, estão estruturadas precariamente, persistindo como um problema no cenário da educação infantil brasileira, com prováveis efeitos sobre a relação entre trabalho e saúde de seus trabalhadores, o que deve ser aprofundado com a realização de outros estudos.

Cruz (2001) enfatiza que, no que diz respeito ao poder público em relação às mudanças na educação infantil, às perspectivas não são muito animadoras, já que exigiria a conscientização acerca da necessidade da qualidade da educação infantil como política pública. Todavia, insiste-se na tese da viabilidade de mudanças nos próprios locais de trabalho conduzidas pelas mãos dos próprios educadores.

Observou-se ainda que os profissionais demandam esforços superiores as suas condições físicas, e isto, tem suscitado queixas relacionadas ao quadro de saúde e insatisfação em toda a equipe de trabalhadores que lidam diretamente com as crianças. Notou-se também que tais fatores têm contribuído diretamente na relação interpessoal desses trabalhadores, produzindo um ambiente de relações conflituosas.

No entanto, as diferenças entre o trabalho de professores e monitores são mais claras em relação à organização do tempo de trabalho, o que deveria ser objeto de debate e negociação no trabalho a partir da experiência dos trabalhadores. Paulo Freire e Horton(2003) ao refletir sobre a importância da prática do trabalho dos educadores ponderam que “sem prática não há conhecimento”. A prática cria conhecimento, sendo necessário entender por

meio do diálogo o que está ocorrendo na prática concreta do trabalho dos educadores, formalizando o saber em conhecimento para se transformar o trabalho. Para tal, é necessário que a prática, o cotidiano de trabalho e o trabalho real sejam matéria de diálogo para gerar mudanças a favor dos trabalhadores. Afinal, considera-se falsa a separação entre saber e fazer, já que homens e mulheres no decurso do processo de trabalho planejam, organizam, operam transformações em si mesmos e, diretamente, nas pessoas com quem estabelecem relações (MARX, 1999).

De acordo com Silva (2014) é preciso reconhecer que existe um aspecto importante observado em relação ao trabalho das monitoras e professoras de creche que refere-se ao saber construído no cotidiano e que é compartilhado entre elas próprias. Trata-se do conhecimento que se produz por meio da experiência no trabalho. Freire (1988) afirma que o ser humano somente se educa em relação com outros seres humanos. Assim sendo, aprende-se a arte do trabalho do educador no convívio com outros educadores.

Quanto à pergunta apresentada no início deste trabalho, formulada por Mészáros (2005), qual seja: “Como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano?” tem-se a considerar que no levantamento da literatura especializada a respeito do tema creches encontrou-se um significativo número de publicações sobre a educação infantil com foco nas crianças. Não obstante, os estudos que se referem ao trabalho de professores e monitores de creches, são escassos. Sendo assim, considera-se necessária a realização de novas investigações que levem em consideração a centralidade do trabalho na organização das creches de modo a aprofundar o processo de trabalho desses profissionais com a intenção de integrá-los, reforçando o aspecto relativo à cooperação no trabalho, com a intenção de se gerar mudanças no ambiente de trabalho sob a ótica dos trabalhadores.

6.1 RECOMENDAÇÕES PARA MUDANÇAS NO TRABALHO

- Ajustes na carga horária dos monitores, proporcionando um momento de descanso no horário de recreação das crianças;
- Efetivar, como parte da rotina do trabalho na creche, reuniões periódicas promovendo o diálogo entre professoras, monitoras, coordenadoras e demais trabalhadoras de modo a integrar o trabalho e aprofundar os vínculos de solidariedade;
- Informatização da sala dos professores facilitando o planejamento das atividades do trabalho das professoras e monitoras;

- Definição das funções concernentes a professoras e monitoras;
- Rodízio das turmas sob responsabilidade dos monitores nos turnos matutino/vespertino;
- Adequação de mobiliária da instituição, visando melhor atender as necessidades ergonômicas dos profissionais da instituição;
- Criar condições ao desenvolvimento de um modelo de gestão participativa, possibilitando a inclusão das professoras, monitoras e demais trabalhadores no planejamento da creche e a mitigação da pressão no trabalho;
- Promover debates com os gestores públicos a respeito da valorização do trabalho em creche, buscando o apoio às necessidades material do trabalho;
- Realizar grupos de discussões na creche com a participação das professoras e monitoras e outros profissionais da creche, em parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), de maneira a promover o diálogo sobre as queixas de saúde em relação às atividades de trabalho.

7. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. M. R., & ALMEIDA, S. F. C. (2006). Professores sob pressão: sofrimento e mal-estar na educação. In *Anais do 6º Colóquio do LEPSI IP/FE-USP: Psicanálise, Educação e Transmissão*. Recuperado de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100063&lng=en&nrm=iso
- ALMEIDA, S. V. de; LARA, Â. M. de B. A educação infantil na década de 1990: algumas reflexões em tempos de ajustes neoliberais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.17, p. 106-117, mar. 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis17/art10_17.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- ALMEIDA, M. R.; NEVES, M. Y.; SANTOS, F. A. As condições e a organização do trabalho de professoras de escolas públicas. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n.2, p.35-50, 2010.
- ALVES, R.C.P.; VERÍSSIMO, M.L.O.R. Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. **Rev. Bras. Crescimento DesenvolvHum.**,v. 17, n. 1, p. 13, 2007.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, 135 p.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. 287p.
- ARROYO, M. Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil. In: SOUZA, A. I. **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BARBOZA, M.C.N.;MILBRATH, V. M.; BIELEMANN, V. M.; SIQUEIRA, H. C. H. de. Doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT) e sua associação com a enfermagem ocupacional. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS), v. 29, n. 4, p. 633-8, dez.2008. Disponível em:<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewArticle/7636>>. Acesso em: 22 set. 2014.

BARROS, A. J. D.; ROSS, D.A.; FONSECA, W. V. C.; WILLIAMS, L. A.; MOREIRA-FILHO, D.C. Preventing acute respiratory infections and diarrhoea in child care center.**Acta Paediatr**, v. 88, p. 113-118, 1999.

BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.13, n.1, p. 199-204, 2000.

BAZON, P. C. A. (2014). A importância da creche para a socialização e a aprendizagem da criança. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 22 jun 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston:Allynand Bacon, 1982.

BORGES, S.;DANIEL, F. A satisfação profissional dos docentes: uma abordagem sobre instrumentos de medida. **Revista Interações**, v. 16, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986.**Anais...** Brasília, Brasil. Brasília (DF): MS; 1986.

_____. **Constituição da república federativa do Brasil**. 5 de dezembro 1988.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998. v.1-2.

_____. Ministério da Saúde. **Lesões por esforços repetitivos (LER)/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Lei nº 10.172/2001**. Plano Nacional de Educação (PNE). 2001.

_____. MEC/CNE. **Parecer 7/2010**. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 9/7/2010, seção 1.

_____. Conselho Nacional de Saúde (CNS) **Resolução 466.5**. 2012.

CAMPOS.M.M. Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 121-131, jan./dez. 2008. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Artigo%20Daniela%20Creche%20Campos%202008.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout e gênero em docentes de instituições particulares de ensino. **Revista de Psicologia da Universidade do Contestado**, v. 1, n. 1, 2003.

CARVALHO, J. S. F. de (Coord.). Uma ideia em formação continuada em direitos humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

CARVALHO, A.J.F. P.; ALEXANDRE, N.M.C. Sintomas osteomusculares em professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v.10, n.1, 2006.

CRU, D. Lesrègles de métier. In: DEJOURS, C. (Org.). **Plaisir etsouffrance dans le travail**. CNRS, Éditions de l'AOCIP, 1998. Tome 1.p. 29-50.

CRUZ, S. H. V. A CRECHE COMUNITÁRIA NA VISÃO DAS PROFESSORAS E FAMÍLIAS USUÁRIAS. **REV. BRAS. EDUC.**, RIO DE JANEIRO, N.16, 2001.

DEJOURS, C. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 127-140.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C. et al. (Coord.). **Psicodinâmica do trabalho**. Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, v.27, n.2, 2011.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, RJ: ed. Vozes. 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMEZ, C. M; LACAZ, F A C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciênc. saúde coletiva*. 2005, vol.10, n.4, p. 797-807.

GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 49-62, 2006.

GOMEZ, C. M. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.v. 2.

HANDY, C. Futuros não imaginados. In: HESSELBEIN, F; GOLDSMITH, M.; BECKHARD, R.A **organização do futuro**. São Paulo: Futura, 1997 (A palavra final).

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

INOCENTE, N. J. Estresse Ocupacional: Origem, Conceitos, Relações e Aplicações nas Organizações e no Trabalho In: CHAMON. *Gestão e Comportamento Humano nas Organizações*. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Departamento de População e Indicadores Sociais. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IZA, D. F. V; MELLO, M. A. Significado e sentido da atividade de brincadeira para professoras de educação infantil. **Educação**, v. 34, n. 2, maio/ago. 2009.

JACQUES,W.C.A. Qualidade de vida: algo mais que um elenco de benefícios.**Treinamento&Desenvolvimento**, jul. 1996.

KRAMER, S.; TOLEDO, L. P. B. ;Barros, Camila . Gestão da Educação Infantil nas políticas municipais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 56, p. 11-36, 2014.

KUHLMANN Jr., M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMAN Jr., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, n.14, p.5-18, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

LACAZ, F. A. de C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. **Ciênc. saúde coletiva**, v.5, n.1, p. 151-161, 2000.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

LEPLAT, J.;HOC, J.-M. Tâcheetactivitédansl'analysepsychologique des situations.In:LEPLAT, J. **L'analysedutravailenpsychologieergonomique**: recueil de textes. 1983. v. 1.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS J.; BICUDO M.A. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes,1989.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

_____. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Col. "Os Pensadores").

_____. Processo de trabalho e processo de produzirmais-valia. In: MARX, K. **O capital**. 29.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2011. p. 209-231.

_____. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MEDEIROS, I. L. P. de; LUCE, M. B. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de (Org.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

MELLO, M. A. A educadora de creche: construindo suas identidades. **Educ. Soc.**, v.25, n.86, p. 255-259, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do Trabalhador: novas - velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.

NARDI, H. C. Saúde do trabalhador. In: CATTANI, A. D. (Org.) **Trabalho e tecnologia, dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

NEVES, M. Y.; SELIGMAN, N. S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 19-49, 2006.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BOGUS, C.M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saude soc.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 44-57, dez. 2004. doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006.

NUNES SOBRINHO, F. P. O Stress do professor do ensino fundamental: O enfoque da Ergonomia. In: LIPP, M. E. N (Org.) O stress do professor. Campinas: Papirus, 2006, p. 81-94.

ODDONE, I. **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, R. P. de. O direito à Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

OLIVEIRA et al. Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

ONGARI, B.; MOLINA, P. M. *A educadora de creche*: construindo suas identidades São Paulo: Cortez, 2003.

PROBST, E.R. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. 2003. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

PUPPIM, A. B. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Orgs.). **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

QUEIROZ, G. R. P. C. Processo de Formação de Professores Artistas Reflexivos de Física. **Revista Cedex**, Campinas, v. 22, n. 74, abr. 2001.

SANTOS, G. B.. Os professores e seus mecanismos de fuga e enfrentamento. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, p. 285-304, 2009.

SATO, L.. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através de negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, São Paulo, v. 18, n.5, p. 1147-1157, 2002.

SAYÃO, D. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creche. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Catarina, 2005. Disponível em: [file:///D:/Downloads/Tese%20Exemplo%20Daniela%20Creche%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/Tese%20Exemplo%20Daniela%20Creche%20(1).pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SILVA, I. DE O. A CRECHE E AS FAMÍLIAS: O ESTABELECIMENTO DA CONFIANÇA DAS MÃES NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. *EDUC. REV.*, CURITIBA, N. 53, p. 253-272, 2014.

SILVA, J. M. A. DE P. CULTURA ESCOLAR, AUTORIDADE, HIERARQUIA E PARTICIPAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS PARA REFLEXÃO. *CAD. PESQUI.*, SÃO PAULO, N.112, MAR. 2001.

SIMÕES, M.; LATORRE, M. Prevalência de alteração vocal em educadoras e sua relação com a auto-percepção. **Rev Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. 1013-8, 2006.

SOUZA, K. R. Mudanças necessárias no trabalho em escolas: a visão dos profissionais da educação e o enfoque da saúde do trabalhador. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 03, p. 291-313, 2014.

SOUZA, K. R.; BRITO, J. C. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 379-388, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** – a pesquisa qualitativa em educação. 4.tiragem. São Paulo: Atlas, 1995.

VOLPATO, C. F.; MELLO, S. A. Trabalho e formação dos educadores de creche em Botucatu: reflexões críticas. **Cadernos de Pesquisa**, 2005.

8. APÊNDICES

8.1 APÊNDICEA - Roteiro de entrevista

1. Idade:

2. Gênero:

Feminino ()

Masculino ()

3. Formação acadêmica:

Ensino médio incompleto ()

Ensino médio completo ()

Magistério ()

Superior incompleto ()

Superior completo (). Curso:

Especialização: ()

4. Cargo e Função desenvolvida:

5. Já trabalhou em outra função nesse estabelecimento?

Sim (). Qual?

Não ()

6. Tempo na função atual:

7. O que você entende por saúde?

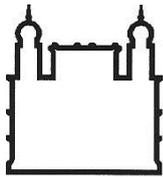
8. Descreva-me a sua atividade de trabalho.

9. Você identifica algum aspecto do seu trabalho que pode interferir na sua saúde?

10. Como você vivencia as relações de trabalho com a chefia e outros profissionais da creche?

11. Você gosta do seu trabalho como ele está? Se pudesse, que mudança(s) você realizaria no seu trabalho?

8.2 APÊNDICE B–Termo de consentimento livre e esclarecido



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“O trabalho e a saúde na perspectiva dos educadores de creche: um estudo na rede pública de Vitória da conquista – BA”**, desenvolvida por pela mestranda Daniela Almeida de Jesus Silva, discente do Mestrado em Direito e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Kátia Reis de Souza”.

Este estudo será desenvolvido com o objetivo de conhecer as relações entre trabalho e saúde dos educadores de creche sob o olhar dos próprios trabalhadores. As informações coletadas contribuirão para a melhoria no desenvolvimento do trabalho pedagógico e o processo de formação humana do trabalho, em senso amplo, como também contribuirá na formulação políticas publicas dirigida aos educadores de creche para melhoria das condições de trabalho.

O convite a sua participação se deve ao fato de você ser educador e pertencer ao atual quadro de funcionários da creche Paulo Freire.

O entrevistador conversará com você sobre o estudo e esclarecerá qualquer dúvida que tenha. Após você ter entendido o estudo, e caso resolva participar do mesmo, solicitaremos que você assine o termo de consentimento. No entanto, sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Contudo, sua participação é muito importante, pois contribuirá para melhor compreensão a respeito da relação entre a saúde e o trabalho dos profissionais de creche.

As informações prestadas por você serão confidenciais e privadas. Na divulgação dos resultados da pesquisa, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido, e o material será armazenado em local seguro. Seu nome será transformado em código e não vai aparecer em nenhum lugar. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações ao pesquisador sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste termo. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder perguntas por meio da realização de entrevista gravada, com duração de aproximadamente 30 minutos.

As entrevistas serão realizadas em local adequado (escolhido pela entrevistadora, baseada na disponibilidade da instituição), visando o seu bem-estar e respeito ao critério de confidencialidade e sigilo da pesquisa. As entrevistas serão tabuladas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terá acesso aos mesmos os pesquisadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/ENSP.

Os benefícios relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa incluem a possibilidade da identificação de possíveis mudanças no trabalho em creche, que sejam favoráveis à saúde dos trabalhadores e ainda, uma melhor compreensão a respeito da saúde no trabalho em creches.

As perguntas que serão feitas a você, **podem causar em você, um risco mínimo** de constrangimento devido a alguma pergunta. Caso aconteça, a entrevista será imediatamente suspensa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em uma tese de mestrado e artigo científico.

Este Termo foi redigido em duas vias, uma para você e outra para o pesquisador, sendo que ambos devem assinar na última página. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Rubrica do participante _____, Rubrica do pesquisador _____.

Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / FIOCRUZ

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manginhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210.

Tel. / Fax: 2598-2863 - e-mail: cep@ensp.fiocruz.br - <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>.

Contato com o pesquisador responsável:

Daniela Almeida de Jesus Silva – Centro regional em saúde do trabalhador (CEREST)

Endereço: Rua Joaquim Hortélio, 114, Bairro Recreio. Vit. Da Conquista – Bahia

Telefone: (77) 88251977 – e-mail: daniela.jesus@hotmail.com

Kátia Reis - ENSP/FIOCRUZ

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – CEP: 21041-210 Manguinhos - Rio de Janeiro.

Telefone: (21)25982844 – e-mail: katreis@ensp.fiocruz.br

Assinatura Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos, benefícios e as condições de minha participação na pesquisa, e:

() Concordo em participar da mesma, autorizando, inclusive, a gravação durante o processo de entrevista;

() Concordo em participar da mesma, mas, não autorizando a gravação durante o processo de entrevista

Nome do Participante: _____

Vitória da Conquista, ____ de _____ de ____.

Assinatura participante da pesquisa

Polegar direito

